

10, 11 e 12 de novembro de 2025

POLITÉCNICO DO PORTO / ISCAP
PORTO - PORTUGAL

Recomposição do Fundo Histórico Arquivístico Eleitoral da Paraíba (1932-1937):
Memória, Cidadania e Difusão Documental

Gabriela Garcia Londres, UEPB,
<https://orcid.org/0000-0002-6457-464X>,
Brasil, gabrielalondres9@gmail.com

Eliete Correia dos Santos, UEPB,
<https://orcid.org/0000-0002-5491-5711>,
Brasil, eliete.santos@servidor.uepb.edu.br

Eixo: Gestão da Informação e do Conhecimento

Resumo

Este artigo analisa o *Projeto Origens*, iniciativa do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (TRE-PB) para recompor o Fundo Histórico Arquivístico do período 1932-1937, marco inaugural da Justiça Eleitoral no Brasil. A pesquisa aborda a recuperação de documentos dispersos pelo regime do então presidente Getúlio Vargas, utilizando fontes secundárias como o jornal *A União* e acervos institucionais e particulares. Adotando uma abordagem qualitativa e decolonial, o projeto restaura a organicidade documental, promove a democratização do acesso à informação e fortalece a cidadania por meio de ações educativas e parcerias interinstitucionais. A publicação dos *Livros de Actas do TRE-PB (1932-1935)* destaca narrativas de sujeitos marginalizados e reforça o arquivo como espaço de disputa simbólica e justiça epistêmica.

Palavras-chave: Justiça Eleitoral; Fundo Arquivístico; Memória Institucional;

Decolonialidade; Educação Patrimonial; Acesso à Informação; Patrimônio Documental.

1 Introdução

A criação da Justiça Eleitoral em 1932 representou um marco na consolidação do processo eleitoral brasileiro, introduzindo o voto secreto e a participação feminina. O TRE-PB gerou, nesse período, um acervo documental que registra os primórdios da institucionalização eleitoral no estado.

A extinção da Justiça Eleitoral em 1937, durante o Estado Novo, fragmentou esse fundo, comprometendo sua integridade. O *Projeto Origens*, iniciado em 2012 e consolidado até 2025, responde a essa lacuna, recompondo o Fundo Histórico Arquivístico (1932-1937) para preservar a memória institucional, democratizar o acesso à informação e promover a cidadania.

A pesquisa adota epistemologias do Sul (Santos, 2022) e práticas decoloniais (Mignolo, 2007; Quijano, 2005), posicionando o arquivo como um território de resistência contra narrativas coloniais que silenciam

grupos marginalizados. A edição do *Livro de Actas do TRE-PB e os materiais gráficos do projeto* exemplificam esse esforço, destacando figuras como Joaquina Neves Meira e João Lellis de Luna Freire. Este artigo analisa as estratégias de recomposição, os impactos da difusão digital e as ações educativas, enfatizando o papel do arquivo como instrumento de justiça epistêmica.

2. Procedimentos Metodológicos

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com caráter descritivo e documental. O método principal é a análise arquivística, combinando técnicas de descrição (NOBRADE, 2006) e análise diplomática (Belloto, 2002). O universo da pesquisa abrange o Fundo Histórico Arquivístico do TRE-PB (1932-1937), com foco na série documental Acta de Sessão, recomposta a partir de registros publicados no jornal *A União* e preservados no Arquivo Público Estadual. A população-alvo inclui documentos textuais (atas, pareceres, decisões) e os sujeitos da pesquisa são as espécies documentais das sessões do TRE-PB. As técnicas de coleta de dados envolveram pesquisa hemerográfica, digitalização e transcrição paleográfica. Os instrumentos incluem roteiros de catalogação e metadados para indexação. Os procedimentos de análise compreenderam a contextualização histórica, a verificação da autenticidade documental e a elaboração de catálogos descritivos. A difusão foi realizada por meio de publicações editoriais e repositórios digitais, como o *atom.tre-pb.jus.br*.

2.1 Referencial Teórico

A investigação fundamenta-se em teorias arquivísticas contemporâneas, com ênfase na organicidade documental e na função social dos arquivos. Camargo (2003) destaca que a autenticidade dos documentos depende de sua inserção no contexto funcional de produção, enquanto Silva (2015) reforça a importância de preservar o “lugar arquivístico” para manter a inteligibilidade do acervo.

Belloto (2002) contribui com a análise diplomática e tipológica, essencial para compreender as atas como registros testemunhais e probatórios. A gestão documental é orientada por normativas como a Resolução CNJ nº 324/2020 e a Resolução TSE nº 23.379/2012, que valorizam a memória institucional e a transparência. A perspectiva de Japiassu (2021) sobre a apropriação crítica dos arquivos como instrumentos de cidadania complementa o enquadramento, destacando seu potencial educativo e social.

2 Resultados Parciais

A recomposição do Fundo Histórico Arquivístico resultou na publicação dos Livros de Actas (1932-1935), com previsão de conclusão dos volumes de 1936-1937. Esses catálogos descritivos, contendo transcrições paleográficas, imagens digitalizadas e notas técnicas, restauraram a organicidade da série documental, respeitando sua cronologia e função jurisdicional. A iniciativa foi reconhecida com o I Prêmio de Inovação Eleitoral (TSE, 2024) pela criação de cartões postais com QR-Code, que ampliam o acesso digital. O repositório *atom.tre-pb.jus.br* disponibiliza milhares de itens documentais digitalizados, garantindo preservação e acessibilidade. A exposição Origens do TRE-PB (2024) destacou narrativas de magistrados e figuras marginalizadas, como Anacleto Vitorino, promovendo inclusão. A integração com universidades e a adoção da licença Creative Commons fortaleceram o uso educativo dos documentos, com impactos em práticas pedagógicas e pesquisas acadêmicas.

A recomposição do fundo tem permitido não apenas a recuperação física e intelectual de documentos históricos, mas também a ampliação do acesso à memória institucional por meio de plataformas digitais. A digitalização dos Livros de Atas, por exemplo, viabilizou a consulta pública de informações fundamentais sobre os processos eleitorais da época, contribuindo para pesquisas acadêmicas e para o fortalecimento da transparência pública.

Além disso, os esforços de recomposição revelam a importância de políticas arquivísticas contínuas e articuladas com projetos educacionais e de engajamento cívico. A proposta de inserção do acervo em ações de educação patrimonial em escolas, universidades e formações para servidores públicos visa fomentar o uso social dos arquivos e promover o reconhecimento do seu valor para a construção da cidadania e da memória democrática.

4 Considerações Finais

O projeto de recomposição do Fundo Histórico Arquivístico do TRE-PB reafirma o arquivo como um espaço vivo de memória e cidadania. A recuperação dos Livros de Actas não apenas preserva o patrimônio documental, mas ressignifica narrativas silenciadas, promovendo uma leitura plural da história eleitoral. Limitações incluem a perda irreversível de parte do acervo original e a dependência de fontes secundárias, como o jornal *A União*. Contudo, a digitalização qualificada e a difusão em plataformas abertas mitigam essas lacunas, ampliando o acesso público. O impacto da iniciativa transcende a preservação, fortalecendo a transparência institucional e o engajamento cívico. Futuras ações incluem parcerias acadêmicas, exposições itinerantes e a continuidade da digitalização, alinhadas ao Programa Nacional de Memória do Poder Judiciário (CNJ). A abordagem decolonial adotada desafia narrativas dominantes, dando voz a grupos historicamente marginalizados, como mulheres e minorias étnicas e sociais, e consolidando os arquivos como instrumentos de justiça social.

A recomposição do Fundo Histórico Arquivístico do TRE-PB, relativo ao período de 1932 a 1937, representa uma iniciativa essencial para a preservação do patrimônio documental da Justiça Eleitoral e para a consolidação da memória institucional. Ao recuperar documentos fragmentados por uma ruptura autoritária da história brasileira, o projeto reafirma o papel dos arquivos como instrumentos de cidadania, justiça e democracia.

O fortalecimento de ações de difusão e educação, aliado ao uso de tecnologias de acesso aberto, amplia o alcance e o impacto social desse fundo, aproximando a história da Justiça Eleitoral da sociedade paraibana e brasileira. Nesse sentido, espera-se que o presente estudo contribua para a formulação de políticas públicas de gestão arquivística comprometidas com a memória, a democracia e o direito à informação.

6. Referências

- Albuquerque, M. C. (2014). *História do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba*. João Pessoa: Editora da Universidade Estadual da Paraíba.
- Belloto, H. L. (2002). *Como fazer análise diplomática e análise tipológica em arquivística*. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo/Arquivo Público do Estado de São Paulo.
- Brasil. Conselho Nacional de Justiça. (2020). *Resolução nº 324, de 30 de junho de 2020. Diário da Justiça Eletrônico*, Brasília, DF, (140/1), 2–6.

- Camargo, A. M. (2003). Sobre o valor histórico dos documentos. *Arquivo Rio Claro*, (1), 11–17.
- Carneiro, R. C. (2012). *Origens da Justiça Eleitoral na Paraíba: de 1932 a 1937*. João Pessoa: TRE-PB.
- Japiassu, R. C. (2021). *Usos e apropriações da memória: documentos arquivísticos em centros de memória do Judiciário federal brasileiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.
- Silva, M. (2015). *O arquivo e o lugar: a custódia arquivística como responsabilidade pela proteção aos arquivos* (Tese de doutorado, Universidade de São Paulo). <https://www.researchgate.net/publication/371133809>
- Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba. (2023). *Livro de actas do Tribunal Regional de Justiça Eleitoral da Paraíba: 1º volume: 1932*. João Pessoa: TRE-PB.
- Tribunal Superior Eleitoral. (2024). *Página do I Prêmio de Inovação Eleitoral*. <https://www.tse.jus.br/institucional/justicaeleitoral/i-premio-de-inovacao-eleitoral>

NOTAS

1. A pesquisa foi desenvolvida no âmbito do PPGDARq/UEPB/UFPB (Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Governança Arquivística das Universidades Estadual e Federal da Paraíba, com apoio do TRE-PB).
2. Os Livros de Actas estão disponíveis no repositório *atom.tre-pb.jus.br* e no [Catálogo de Publicações do TRE-PB](#).